

**ATA DA
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2014
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO
Nº 02/2014**

MESA DA ASSEMBLEIA: Presidente - Fernando Pereira Campos, 1º Secretário - Albano Fernandes Álvares, 2º Secretário - Maria Cândida Pereira das Eiras. _____

PRESENCAS: António Pereira dos Penedos, Paulo Sérgio Pereira Aleixo, Adérito Vaz Pinto, Sandra Isabel André dos Reis, Magda Pereira Barroso, Isabel Cristina Gomes Torres, Armindo de Sousa Pereira, Rui Fernandes Álvares, Odete Cristina Queiroga Moreira, Manuel Baltazar Batista Pereira, Luís Miguel Morais Pires, Paulo Jorge Rua Pereira, António Dias do Couto, Daniel Costa Moura Dias, José Manuel Fernandes Pereira, Camilo Anes Pires, Lúcia Martins Dias Mó, António Paulo Pereira Sanches, José Quintas Lage, Miguel Duque Couto e José Rua Dias, membros da Assembleia. _____

AUSÊNCIAS: Arnaldo António de Moura Silvestre Videira. _____

SECRETARIOU: Filipe Silva, Secretário do GAP. _____

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL: Fernando Eirão Queiroga, Presidente da Câmara, António Guilherme Forte Leres Pires, Vice-Presidente, Ana Luísa Pires Monteiro e Toni Eduard Pires Teixeira, vereadores. _____

HORA DE ABERTURA: 10 horas e 35 minutos. _____

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 - Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro;

1.2 - Assuntos de interesse Municipal nos termos do regimento;

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 - Retificação da votação do ponto "2.13 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município e o Ecomuseu - Associação de Barroso" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013;

2.2 - Retificação da votação do ponto "2.14 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município e a Cooperativa Agrícola de Boticas, CRL (CAPOLIB)" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013;

2.3 - Retificação da votação do ponto "2.15 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município e o Grupo Desportivo de Boticas" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013;

2.4 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei;

___2.5 - Designação de quatro cidadãos eleitores do Concelho para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Boticas; _____

___2.6 - Alteração (3ª) ao "Regulamento para a concessão de Bolsa de Estudo aos alunos do Ensino Superior" / Aprovação final; _____

___2.7 - Relatório de Gestão e Contas 2013 / Apreciação e Votação. _____

___Após verificação do quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, dando cumprimento ao determinado pela respetiva convocatória. De imediato, deu conhecimento da correspondência recebida: ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Boticas (reg. 675, de 5/mar.), através do qual solicita à Assembleia Municipal a nomeação de quatro cidadãos, de entre os eleitores do Concelho, para integrar a respetiva Comissão; ofício do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia (reg. 765, de 13/mar.) através do qual informa do conjunto de reformas legislativas e regulatórias no setor dos resíduos sólidos urbanos; ofício da Câmara Municipal de Boticas (reg. 924, de 25/mar.), através do qual é enviado convocatória para uma reunião do Conselho Municipal de Educação; ofício do Tribunal Judicial da Comarca de Chaves, Serviços do Ministério Público, Círculo Judicial de Chaves (reg. 982, de 27/mar.), através do qual informa do representante do Ministério Público no Conselho Municipal de Segurança; ofício da Assembleia Municipal de Chaves (reg.

1127, de 7/abr.), através do qual é dado conhecimento da aprovação, por unanimidade, de uma moção relacionada com a questão da saúde no Concelho de Chaves; ofício da Câmara Municipal de Boticas (reg. 1193, de 10/abr.), através do qual é dado conhecimento dos pontos a serem submetidos a aprovação em Assembleia Municipal; ofício da Câmara Municipal de Boticas (reg. 1193, de 10/abr.), através do qual é enviado informação sobre atividade da Câmara Municipal bem como informação financeira; ofício da Associação de Estudos de Direito Regional e Local (reg. 1255, de 15/abr.), através do qual propõe a aquisição de publicações relativas ao Direito das Autarquias Locais; ofício do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (reg. 1257, de 15/abr.), através do qual é requerido esclarecimentos sobre alegadas acusações que recaem no atual e anterior Presidentes de Câmara e de um técnico do Município, do agendamento desse ponto em sessão da Assembleia Municipal bem como da criação de uma Comissão Eventual; ofício da Câmara Municipal de Boticas (reg. 1258, de 15/abr.), através do qual é enviada convocatória para o Conselho Municipal de Segurança. Deu ainda conhecimento do envio à Assembleia Municipal da "Listagem de Compromissos Plurianuais Assumidos ao Abrigo da Autorização Prévia Genérica concedida pela Assembleia Municipal" bem como da Prestação de Contas de 2013 da Associação de Municípios do Alto Tâmega e do Relatório de Gestão e Contas de 2013 da Agência de Energia de Trás-os-Montes. Referiu-se ainda às notícias

recentes sobre o processo resultante da inspeção do IGAL ao Município de Boticas e que neste momento está em Tribunal, informando estar relacionado com a construção de um muro na Carreira da Lebre que separa o espaço público da Cooperativa Agrícola, construção essa que a inspeção pôs em causa e que não constituiria, segunda a mesma, qualquer problema se a Câmara tivesse dado dinheiro à Cooperativa para o fazer. Afirmou que não se mostra minimamente preocupado, uma vez que tem consciência de que o que foi realizado cumpriu todos os procedimentos a que a lei obriga, que voltaria a fazer tudo na mesma se fosse hoje e que tudo ficará claro e demonstrado no desenvolvimento do processo, agradecendo a todos as preocupações e mensagens de solidariedade que lhe têm manifestado.

___ 1.1 - Aprovação da Ata da Sessão Ordinária de 26 de fevereiro;

___ Uma vez que a minuta da ata foi previamente enviada em suporte digital aos membros da Assembleia Municipal, dispensou-se a sua leitura.

___ Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:

___ O Presidente da Assembleia Municipal que começou por informar da ausência da Vereadora, Maria do Céu Fernandes, nesta sessão, por se encontrar doente. Deu ainda conhecimento da existência de um ofício do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, a justificar a sua ausência nesta

Assembleia e onde estabelece ainda alguns reparos relativos à ata de 26 de fevereiro, nomeadamente que se absteve na votação da ata de 16 de dezembro de 2013 por não ter estado presente na mesma e não votou contra, tal como vem referido; do seu agradecimento pela sua identificação como tendo sido o único membro da Assembleia a abster-se na votação da moção apresentada pelo PSD contra o encerramento do Tribunal de Boticas, bem como pelo facto de não ter sido referido na ata a sua sugestão em se realizar sessões em horário pós-laboral ou à sexta-feira. O Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à votação da ata de 16 de dezembro de 2013 pelo membro, Arnaldo Videira, deu instruções ao secretariado para retificar a ata, passando a ficar registado a sua abstenção e não o seu voto contra. Quanto à sugestão da realização das sessões em horário pós-laboral ou à sexta-feira, o Presidente da Assembleia Municipal referiu que as mesmas são agendadas de acordo com a disponibilidade do Presidente da Câmara e do Presidente da Assembleia Municipal, informando ainda que as mesmas possam ocorrer à sexta-feira como em qualquer outro dia quando tal for possível. _____

____A membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, referindo que o teor da ata não está rigoroso, nomeadamente no que toca à votação da Moção apresentada pela CDU relativa às imposições fiscais e de segurança social aplicáveis aos agricultores, em que é mencionado a sua rejeição com três votos a favor e que deveriam ser quatro votos a favor. Referiu ainda

que relativamente à votação da ata, o Presidente da Junta de Dornelas tinha votado contra o que não é refletido na ata, solicitando alterações. _____

___O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao secretariado para estar atento nos momentos de votação, para não haver necessidade de se proceder a retificações. Relativamente à correção solicitada na votação da Moção da CDU já referida, informou que o resultado da votação se iria manter por não se ter comprovado a observação. _____

___O Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas, que apresentou uma declaração de voto contra a aprovação da ata de 26 de fevereiro, por considerá-la não estar conforme, referindo que a ata não foi aprovada em minuta, uma vez que isso não foi proposto e que apenas se verificou essa proposta para alguns pontos da ata. Referiu-se ainda ao sentido de voto do membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, que se absteve na votação da ata de 16 de dezembro, não tendo votado contra como está referido, bem como pelo facto da votação não refletir o voto contra do Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas na votação da ata, explicando que se poderá dever ao facto do próprio estar naquele momento a entregar um documento ao secretariado, não tendo sido detetado o seu voto contra, tendo solicitado, no final da sessão, que o seu voto fosse considerado. Chamou ainda a atenção de que tinha solicitado que a sua declaração de voto fosse transcrita na íntegra na ata, o que não aconteceu. _____

___O Presidente da Assembleia Municipal informou que as declarações de voto fazem parte da ata, como anexo, como já tinha sido abordado anteriormente na Assembleia, exceto se a Assembleia decidir de outra forma. Relativamente à questão da aprovação da ata em minuta, refere que, de facto, lhe parece ter sido apenas solicitado à Assembleia autorização para elaboração da ata e para aprovação de alguns pontos em minuta, de acordo com o interesse do executivo e que a mesma irá a votação, integrando, desde já, as correções anteriormente mencionadas.

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que cumprimentou os presentes desejando as melhoras à Vereadora Maria do Céu Fernandes. Solicitou à mesa para ter atenção aos que pretendem intervir, uma vez que o mesmo já tinha feito sinal várias vezes e que só aquando do anúncio da votação da ata é que obteve a palavra. Relativamente às incorreções verificadas na ata, diz não existir qualquer problema desde que se proceda às respetivas retificações. No que toca à correspondência recebida, referiu-se ao pedido de esclarecimento efetuado pelo PS relativamente à questão judicial que abordará mais à frente. Quanto à última reunião, referiu-se ao facto de não ter sido autorizada a Vereadora, Ana Luísa Monteiro, a usar da palavra, num momento em que o próprio já não se encontrava. Referiu que a intervenção do Presidente da Câmara que deu origem ao pedido de palavra da Vereadora, Ana Luísa Monteiro, não consta da ata, acrescentando que

existe um ponto no Regimento da Assembleia Municipal em que é dada a possibilidade dos vereadores intervirem independentemente de lhes serem pedido esclarecimentos, para defesa da honra e que foi dessa situação que se tratou. Informou que a Vereadora, Ana Luísa Monteiro, apresentou uma comunicação ao Grupo Municipal do PS sobre essa situação. Pretende saber o porquê da palavra lhe ter sido negada para defesa da sua honra, palavra essa solicitada pela própria, bem como sobre o significado do termo "abandalhar" alegadamente utilizado durante a sessão e que tais esclarecimentos devem constar da ata, porque, na sua opinião, não é nela referida a razão pela qual lhe foi negada a palavra, classificando este episódio como de extrema relevância e de extrema gravidade, reiterando o seu pedido de esclarecimento para que a ata seja rigorosa para saber exatamente o que se passou e que possa descrever com rigor o sentido e a cadência das conversas, de maneira a averiguar se a decisão da mesa em ter recusado a palavra à Vereadora, Ana Luísa Monteiro, foi legal ou ilegal.____

____O Presidente da Assembleia Municipal informou que se encontra na ata a razão pela qual a Vereadora, Ana Luísa Monteiro, não obteve autorização do uso da palavra e que foi cumprido o Regimento e a lei, tendo o Presidente da Câmara informado a Mesa de tal decisão, não considerando ter-se tratado de uma situação de defesa da honra, uma vez não terem existido ataques pessoais que justificasse tal defesa._____

____O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, referiu

que o Regimento não permite que a mesa tome tais decisões e que quando alguém solicita a palavra para defesa da honra, é um direito que a lei lhe dá e não um direito que a Mesa decida.

___O Presidente da Assembleia Municipal que reiterou que o que está transcrito foi o que rigorosamente se passou no entendimento da Mesa, colocando a hipótese, caso a Assembleia assim o entender, de poderem recorrer da decisão da Mesa para o Plenário, reiterando que não tem dúvidas sobre o entendimento da Mesa em não ter existido motivo para invocar a defesa da honra e que o Presidente da Câmara não autorizou o uso da palavra de acordo com o Regimento, tendo-o comunicado à Mesa encontrando-se tal mencionado na ata.

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, solicitou a palavra ainda sobre este tema para defesa da honra, o que lhe foi recusado pela Mesa da Assembleia Municipal, reiterando que já foram dadas todas as explicações e que não havia ofensas à honra de nenhum membro da Assembleia e que caso não concordasse com elas existe a possibilidade de recorrer ao Plenário e que se assim não fizerem, considerava o assunto encerrado e totalmente esclarecido.

___De seguida foi posta a ata a votação tendo sido aprovada, por maioria, com quatro votos contra.

___**1.2 - Assuntos de Interesse Municipal nos termos do regimento;**

___Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os

seguintes intervenientes:_____

___O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que desejou o rápido restabelecimento da Vereadora, Maria do Céu Fernandes, e que cumprimentou todos os presentes, dando ainda as boas vindas ao membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, pela sua tomada de posse nesta Assembleia, esperando que as Assembleias decorram com normalidade. De seguida, procedeu à leitura de uma moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD relativa às comemorações do 25 de Abril que o Município organizou._____

___O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, que procedeu à leitura apresentada pela CDU, relativa aos Baldios.

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que procedeu à leitura da moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS relativa ao Serviço Nacional de Saúde._____

___O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que informou que o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente apenas as moções apresentadas pelo PSD e votará contra as moções apresentadas pelos restantes Grupos Municipais, informando que o Grupo Municipal do PSD está sempre aberto para ouvir as propostas dos restantes Grupos Municipais previamente bem como para dialogar por forma a que possa tomar outro sentido de voto._____

___O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, que referiu ter havido, na sua opinião, alguns comentários infelizes relativamente à moção apresentada pela CDU na última

sessão da Assembleia relativa às imposições fiscais e de segurança social aplicáveis aos agricultores. _____

___O Presidente da Assembleia Municipal que solicitou que a intervenção fosse feita no âmbito das moções apresentadas nesta sessão e não relativa a moções apresentadas em sessões anteriores, tendo ficado tal intervenção para mais tarde. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que relativamente ao comentário do Grupo Municipal do PSD, referiu que o Grupo Municipal do PS votará sempre a favor daquilo que entender ser útil e bom para o nosso desenvolvimento, que não vai votar contra naquelas matérias onde entende que o não deva fazer independentemente de terem sido discutidas antes ou não. Considera incorreto o comentário do Grupo Municipal do PSD, podendo, na sua opinião, existir concertações prévias entre as partes mas que o diálogo não se efetua apenas num sentido sendo certo que, independentemente de conversações, o Grupo Municipal do PS votará sempre a favor das matérias que achar que deva votar favoravelmente. _____

___O Presidente da Câmara Municipal que cumprimentou todos os presentes, dando as boas vindas ao membro, Rui Álvares, desejando que esta Assembleia mantenha o mesmo nível a que já nos habituou. Relativamente às moções manifestou a sua preocupação com o Serviço Nacional de Saúde e que tomará uma posição quando estiver em causa a questão do Concelho. Refere que a questão tem a ver com o Hospital de Chaves, lembrando que anteriormente, Boticas foi o primeiro Conce-

Iho a defendê-lo, tendo já percebido nesse momento o que se pretendia fazer com o ele e o que estava a prejudicá-lo, ao invés de alguns que ficaram quietos. Lembrou os responsáveis que iniciaram tal destruição e que este tema tem sido aliás motivo de luta por parte do Presidente da Câmara de Montalegre e do seu antecessor. Refere ainda que o tema está a ser trabalhado em conjunto no âmbito da CIM, uma vez que se poderão obter melhores resultados. Tem noção de que o Hospital não poderá ter todas as especialidades mas que no entanto se está a tentar "trazer" algumas especialidades devido aos profissionais que lá trabalham, pela consideração que se tem pelos mesmos e pela própria questão do emprego. Relativamente às moções que vão de encontro aos interesses do Concelho, reforça que as mesmas devem ser votadas por unanimidade após consultas prévias, lamentando profundamente o facto de não se ter aprovado por unanimidade a moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD na sessão anterior, contra o encerramento do Tribunal de Boticas, enquanto que a moção do Grupo Municipal do PS sobre o tema foi aprovada por todos os membros da Assembleia Municipal, manifestando a sua pena, alertando para o bom senso a ter nessas situações.

De seguida foram postas as moções a votação, tendo-se obtido os seguintes resultados: moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, aprovada por maioria com um voto contra; moção apresentada pela CDU, rejeitada, com cinco votos a

favor; moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS, rejeitada com cinco votos a favor. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que se referiu ao pedido de esclarecimento do PS entregue à mesa relativamente a uma notícia que surgiu nos jornais que tem a ver com o resultado de uma investigação da IGAL feita em 2008 e que estará alegadamente relacionada com a construção de um muro na Carreira da Lebre em benefício da Cooperativa Agrícola. Informou ainda que o requerimento solicitava a inclusão deste ponto na ordem de trabalhos bem como a apresentação de toda a documentação relativa ao processo, tanto administrativo como judicial, solicitando ainda a constituição de uma Comissão Eventual, conforme o Regimento permite, com vista a apreciar este tema. Refere que não sabe o que se passou, apenas se sabe o que está nos jornais, podendo estar a falar-se de uma situação que afeta a credibilidade dos Municípios do interior, pela má imagem que os políticos podem transmitir. Solicitou ainda a razão pela qual não foi informada a Assembleia na sessão de fevereiro, da existência de um processo grave contra os eleitos locais e do que realmente estava em causa nessas acusações. Referiu que a Assembleia pretende saber o que se passou e o que está em causa neste processo, apelando à criação da Comissão Eventual para apurar esses factos bem como das responsabilidades políticas. Refere que a situação é grave até porque as acusações podem não ser verdadeiras, mas que no entanto é necessário ter cautela em

termos políticos, explicando que nenhum político pode esperar que um terceiro o considere inocente se não esclarece a situação. Informou que a Assembleia Municipal apenas soube das acusações pela comunicação social considerando uma falta de respeito para com os eleitos locais, que deveriam ter sido informados de tal processo. Disse ainda não ter dúvidas de que as acusações não são verdadeiras, nem coloca a hipótese de serem verdadeiras, referindo no entanto que as mesmas deixam os eleitos locais mal vistos, e que é preciso esclarecer as pessoas através da apresentação à Assembleia do processo administrativo, do resultado da investigação da IGAL, da cópia do processo judicial bem como da criação da Comissão Eventual de maneira a averiguar o que se passou. Falou ainda da tradição no PSD de qualquer político a ser investigado ou acusado por factos dessa natureza ter o cuidado dele próprio se afastar, deixando o repto para aqueles que estão a ser acusados, provavelmente de forma falsa, segundo o próprio, de suspenderem o mandato, até que se averigua a situação. Referiu tratar-se da investigação de uma promiscuidade entre a Câmara Municipal e uma entidade privada, a Cooperativa Agrícola, afirmando que manter essa promiscuidade pode ter consequências gravíssimas para a vida do Município e dos munícipes em geral pretendendo que se proceda à suspensão de todo o tipo de relações e protocolos entre a Câmara e a Cooperativa até que essas questões sejam esclarecidas, nomeadamente através da suspensão do Protocolo recentemente aprovado

pelos membros da Assembleia na sessão de 16 de dezembro, cuja votação vai ser hoje novamente repetida, que considera ter objetivos louváveis mas que eventualmente não defende aquilo que interessa, que é a defesa dos agricultores. Refere ainda que neste momento a Assembleia se encontra num impasse, em que aqueles que presidem à vida de Boticas estão a ser acusados de algo que não se sabe bem o que é, apenas se sabe o que os jornais divulgaram e que é na Assembleia que os esclarecimentos devem ser prestados, referindo também que os visados vão ter de tomar uma decisão que seja coerente com o que é defendido pelo PSD noutras circunstâncias análogas, que o PS veria com muita coerência e com muita lógica.

___O membro da Assembleia Municipal, Manuel Baltazar Pereira, que cumprimentou todos os presentes, manifestando a sua discordância com o método adotado pela Assembleia de se falar na tribuna. Dirigiu-se ao Presidente da Câmara solicitando o estado em que se encontrava a Providência Cautelar contra o encerramento do Tribunal. Congratulou-se por finalmente ter terminado o "apagão" bem como sido feita a passadeira junto aos correios. Quanto ao requerimento apresentado pelo PS, admitiu que até trânsito em julgado da sentença condenatória, as pessoas são inocentes mas que no entanto, como diz o povo "quem não deve não teme" e ainda atento à transparência democrática, acha pertinente o requerimento apresentado.

___O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, retomou a sua última intervenção, informando que a Confederação Nacional da Agricultora (CNA) lançou uma petição para a recolha de assinaturas de agricultores e que aquando da moção apresentada na última sessão pela CDU teve vontade de rir ao ter ouvido alguns comentários que considerou infelizes e de algumas situações apresentadas, dando a ideia de que "nós é que estamos desatentos". Afirmou que só no Concelho de Botijas essa petição reuniu mais de quinhentas assinaturas, referindo que afinal os agricultores sofrem e sabem daquilo que sofrem. Falou ainda que no dia 3 de abril corrente, a CNA convocou uma concentração nacional de agricultores em Lisboa, em que foram do Concelho, praticamente dois autocarros cheios, colocando a questão de quem é que está afinal desatento, quem é que afinal não conhece a realidade do Concelho, que traz as moções feitas do Comité Central e quem é que defende estas políticas a nível nacional e que não as consegue trazer a nível local. Afirmou que a CDU está contra elas a nível nacional e contra elas a nível local, referindo que se passe então a admitir que se esteja a favor delas a nível nacional e contra elas a nível local. Leu um excerto do escritor José Saramago que considerou ser um ensinamento importante para todos. Refere ainda que é preciso lembrar que o esforço de todos é importante para o desenvolvimento do Concelho e de todos os munícipes e que se o PSD teve a maior parte do eleitorado, então que comece a trabalhar em favor dele. Disse que

o 25 de abril ainda não chegou a este Concelho e que não adianta fazerem corridas se não existirem atitudes corretas, que está na hora e é urgente ter atitudes concretas. Referiu que o Concelho é essencialmente constituído por baldios e que os que não os defendem nesta Assembleia serão chamados de "coveiros" como aconteceu com a agregação de freguesias em que a CDU tinha apresentado à Assembleia uma moção contra a extinção das mesmas e que a maioria dos Presidentes de Junta votaram contra, esperando pela mesma atitude quando se propuser, no futuro, a extinção dos Municípios, que é isso que se está a fazer relativamente aos meios pequenos e ao meio rural, afirmando que estão a ser única e exclusivamente os coveiros desta situação. Relativamente às notícias de acusação, referiu-se ao esgotamento do jornal que publicou tais notícias em Boticas. Afirmou concordar que este assunto tenha sido tornado público e que todas as pessoas são consideradas inocentes até contrário dos factos. Lembrou ainda algumas situações em que é mencionada a questão das contas nomeadamente nas Assembleias Municipais e na imprensa. Reiterou que é urgente ter atitudes diferentes para o desenvolvimento do Concelho, e que, atendendo aos factos, não favoreçam o privado tornando-o público. Concluiu com a leitura de outro excerto de Saramago. _____

____O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, que cumprimentou todos os presentes, referindo que é com todo o gosto que se encontra nesta Assembleia Municipal e que desejava

este combate político há muito tempo para bem deste Concelho, considerando que gosta de ser ativo e participativo no desenvolvimento local e que não se sentiria bem se não conseguisse entrar na Assembleia Municipal ou noutra órgão político. Referiu ter-se dito na última Assembleia que as reuniões eram de tarde e passaram a ser de manhã, considerando uma "boca" desprestigiante de quem a referiu. Falou ainda da necessidade de pedirem desculpas públicas pelos maus hábitos, pelo mau feitio e maus investimentos que fizeram no Concelho. Referiu terem sido feitas obras insustentáveis que todos estão a pagar, que a vida está cara e que todos têm problemas. Perguntou onde está a rentabilidade, a sustentabilidade, onde está esse crédito que conduziu o Concelho à desgraça e quem vai pagar isso daqui para a frente, respondendo imediatamente que são todos. Afirma que o Concelho está cheio de cimento, cheio de obras mas que não criam emprego nem sustentabilidade, criando encargos e desgostos, perguntando se os responsáveis não são capazes de "abrir os olhos" e ver que na maior parte do Concelho as obras estão mortas. Referiu a zona industrial existente em direção a Vidago, que custou milhões, que são de todos. Caracterizou essa zona industrial como não tendo nada, referindo que como ex-vereador votou contra a localização dessa obra, recomendando-a noutros locais nomeadamente na Carreira da Lebre ou em Sapiãos. Pôs em causa se eram esses eleitos que se pretende ter à frente do elenco camarário, se são esses exemplos que o

país precisa. Referiu que não é a obra em si que interessa, é a criação de emprego, a sustentabilidade e desenvolvimento que se pretende. Falou do Gerês onde existem águas medicinais e onde há desenvolvimento, sustentabilidade e que existe no Concelho água natural, melhor que a do Gerês. Referiu que Carvalhelhos está fechado, está a apagar-se e a Câmara calada sem saber o porquê bem como a razão pela qual a Câmara não dialoga com os interessados das Águas de Carvalhelhos para pôr o Hotel a funcionar com as águas a funcionar, com um spa em condições. Disse que as negociações não se fazem atrás das portas nem no Gabinete do Senhor Presidente, que os Presidentes de Junta têm obrigação de lutar pelas suas freguesias. Fez também um reparo à alteração do dia do Concelho, afirmando que qualquer dia será retirada a identidade do Concelho e que o povo passaria a ser Montalegrense ou Flaviense ou de outra localidade qualquer. Relativamente às acusações divulgadas pela comunicação social, informou que gostaria que fosse fornecido aos interessados o processo do projeto desse investimento ou dessa obra do antes e do depois, o pré-projeto e o projeto concretizado. Referiu ainda o caso de um arruamento em Agrelos, tendo já tido o cuidado de falar com o Presidente da Junta de Freguesia de Vilar e Viveiro. Recomendou ao Presidente da Câmara que passe nas aldeias, que ouça as pessoas. Recomendou que faça as suas políticas mas que vá às aldeias porque estão abandonadas. Disse que os recursos naturais do Concelho estão abandonados tal como

a nível nacional e que as represas, a floresta e os baldios têm de ser bem geridos, que os Conselhos Diretivos têm de ser orientados corretamente, através, por exemplo, dos técnicos da Câmara. Solicitou ainda à Câmara que reserve um "bolo" em dinheiro para ir buscar ao fundo de desemprego pessoas para a limpeza das florestas, dando como exemplo a freguesia de Pinho.

___O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que referiu que naturalmente todos estavam à espera que a questão do muro, tão importante e de extrema importância para a oposição, fosse trazida para a Assembleia, estabelecendo algumas considerações sobre o assunto, nomeadamente perguntando quando, onde e porque é que o assunto era polémico, afirmando que só se o for no mundo virtual, uma vez que muitos utilizam as redes sociais como forma de vida, referindo que pessoalmente não utiliza, por opção, nenhuma rede social porque diz preferir o real ao virtual não criticando, contudo, os que têm essa estranha forma de vida. Afirmou que se alguma polémica se verificou na vida real, a mesma durou apenas 24 horas, esgotando o jornal em Boticas, como referiu a eleita Magda Barroso mas não pelos motivos que a mesma apresentou. Referiu que foi um ou dois indivíduos que o esgotaram para ter um troféu próprio pessoal para divulgar a notícia. Admite, no entanto, que alguns "facebookeiros" ou "twitteiros" continuam a fazer a dedução, à sua maneira, da referida notícia que lhe fez lembrar uma determinada situação,

estabelecendo um paralelismo entre a mesma e a dedução lógica referida. Afirmou saber que a mesma não tira qualquer minuto de sono aos visados, que todos reconhecem como pessoas dignas e sérias e que o Grupo Municipal do PSD manifesta a sua solidariedade aos três envolvidos bem como a sua satisfação em saber que durante mais de vinte anos de exercício autárquico, a única irregularidade a ter sido detetada, foi a construção de um muro e envolvente urbanístico com vizinhança privada e que muita gente deve ter confundido esta obra com alguma obra de Matosinhos ou Alcochete mas que o verdadeiro povo botiquense não se deixa confundir, sugerindo até que se tornasse aquela obra num monumento público e que fosse apelidada "muro das lamentações políticas dos perdedores".

___O membro da Assembleia Municipal, Albano Álvares, que cumprimentou todos os presentes referindo que pensava que nos tempos que correm, a elevação política, principalmente em pessoas que já têm alguma maturidade, estaria enraizada mas que tal não se verifica, referindo-se concretamente ao membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, perguntando-lhe se o mesmo tem algum problema com a Cooperativa, sugerindo que lhe daria uma explicação do que a mesma é porque lhe parece que cada vez que se fala desta, lhe parece que o membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, veja um "bicho" ou um "papão" tendo até referido o termo "promiscuidade". Perguntou se sabia do que estava a falar, que esclare-

cesse essa promiscuidade, que são esses comentários que deixam as pessoas na dúvida e que é próprio de alguém que não conhece minimamente do que está a falar e do que se passa no Concelho, não ficando admirado, uma vez que não é do Concelho. Solicitou ainda nessas situações, para o avisar, que o próprio esclarece-o. Em relação ao muro refere que o Presidente da Assembleia Municipal já esclareceu várias vezes e que não se deve levar o nível político ao nível de uma sarjeta como foi feito com comentários e insinuações falsas sobre notícias, que é próprio de quem não tem propostas concretas e que fala em coisas e faz um bicho-de-sete-cabeças daquilo que de facto não existe. Refere ainda que a única irregularidade levantada pela inspeção que já levava "encomendas" dirigidas a algumas pessoas, ainda no tempo em que o próprio era Vereador, foi a do muro que a Câmara fez numa via pública, que confine, por acaso, com terrenos da Cooperativa. Referiu que tem de se ser claro, que se terá de fazer acusações quando elas forem fundadas, de não fazer julgamento de pessoas que desempenharam o seu cargo com elevação durante todos esses mandatos e que ninguém foi condenado ainda por nada, não percebendo a razão da adoção dessas atitudes. Informou ainda o membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que a Cooperativa é equilibrada financeiramente, que é autossustentável, que presta um serviço social à população através por exemplo das Organizações de Produtores Pecuários (OPP), prestando sanidade agrícola na apicultura, tendo uma

estrutura sólida que tem pés e cabeça e que tem rumo, perguntando se ajudar estas instituições é crime bem como manter dezassete postos de trabalho, com seis técnicos superiores. Informou ainda que a Cooperativa de Boticas tem duas Denominações de Origem Protegida (DOP), que são as únicas que funcionam no âmbito da CIM e que ganhou três anos consecutivos na Feira Nacional de Agricultura a "Melhor das Melhores Carnes", a medalha de bronze do mel a nível nacional, bem como outros prémios. Informou que é Presidente da Cooperativa e que está lá para dar a cara e que se não sabe o que é a Cooperativa, está lá para explicar. Relativamente à intervenção da eleita, Magda Barroso, caracterizou a mesma como se tivesse cheia de razão estranhando o facto de propostas tão boas se transformarem em propostas rejeitadas pela maioria das pessoas. Referiu ainda que em democracia todos podem falar mas tem de se ter responsabilidade naquilo que se diz.

____O Presidente da Assembleia Municipal que deu conhecimento de que havia solicitado a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Vilar e Viveiro, tendo solicitado também a palavra o membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, para defesa da honra, o que não foi concedido por a Mesa não ver qualquer ofensa à honra nas intervenções anteriores.

____O Presidente da Assembleia Municipal foi questionado pelo membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, sobre o direito de outros membros intervirem quando o Presidente da Assem-

bleia Municipal tinha dito previamente que não iria aceitar mais intervenções do que aquelas que estavam inscritas e que seria necessário seguir o mesmo critério para todos os membros, tendo o Presidente da Assembleia agradecido a recordatória, não tendo, por isso mesmo, sido autorizada mais nenhuma intervenção.

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que avisou que caso não lhe fosse concedida a palavra, apresentaria mais um protesto e que existe um Regimento que prevê a defesa da honra aos membros da Assembleia.

___O Presidente da Assembleia Municipal referiu que não vê qualquer motivo para a defesa da honra, que nesse caso existiriam muitos casos em que poderia ser solicitado tal defesa, que a Mesa decidiu dessa forma, informando da possibilidade de recorrer da decisão para o Plenário.

___O membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, que disse que abandonaria os trabalhos, apresentaria um requerimento e impugnaria a sessão caso não lhe fosse concedido a palavra. Foi sugerido pela Mesa para que recorresse para o Plenário, o que não fez. Não lhe tendo sido autorizado a usar da palavra pela Mesa da Assembleia Municipal, abandonou os trabalhos retirando-se da sala.

___O Presidente da Câmara Municipal que respondeu às questões que lhe foram colocadas começando pelas do membro da Assembleia Municipal, Adérito Pinto, informando que a Assembleia Municipal é um órgão político e não um órgão judicial,

que o relatório da inspeção foi referido numa ata da Assembleia Municipal de 2012 e que os que pretendem o processo terão de o pedir ao Tribunal até porque o Município não tem todo o processo e que não facultaria apenas parte dele. Informou que a obra em causa foi feita de acordo com todas as normas legais, que é resultado dos arranjos urbanísticos da rotunda da Carreira da Lebre, lembrando que a construção da própria rotunda também tinha sido construída, em tempos, em terrenos da Cooperativa Agrícola e que em lugar próprio será tudo esclarecido. Referiu não deixar de estar preocupado uma vez que se fala do seu nome e até pelo aproveitamento inoportuno e inadequado que algumas pessoas têm feito, como considera normal em política mas pedindo que não façam julgamento em praça pública daquilo que não conhecem. Estranha ainda o facto da oposição ter dito que este caso poderia ter sido esclarecido há mais tempo, uma vez que a Vereadora eleita pelo PS nunca lhe fez nenhum pedido neste sentido porque se o tivesse feito já teria sido devidamente esclarecida. Refere ainda que prefere esclarecer a situação nesta Assembleia, que é do seu direito e da legitimidade da Assembleia, do que nos meios de comunicação social ou nas redes sociais. Informou que se trata de uma obra num terreno público e que foi feita pela Câmara Municipal e que hoje faria-a na mesma. Referiu que perante tais acusações, muitas obras deveriam então ser eventualmente ponderadas, como no Agrupamento de Escolas, entre outras e que serão dados os argumentos em

sede própria, que os membros da Assembleia podem ficar descansados porque ninguém, como alguém quis insinuar, meteu dinheiro ao bolso, lembrando que a comunicação social foi feliz ao referir que a obra foi feita e o dinheiro foi lá aplicado. Referiu-se à questão da promiscuidade referida nesta Assembleia entre a Cooperativa e a Câmara, descrevendo-a como uma ofensa à honra e que numa altura em que muitos pretendem a defesa dos agricultores e do mundo rural se fale de promiscuidade do apoio em prol da única instituição do Concelho que defende os agricultores, alertando para a necessidade de se ser correto e preciso para que não haja deturpações e enganar. Relativamente à questão do membro da Assembleia Municipal, Manuel Batista Pereira, informou que a Providência Cautelar será acionada através de Ação Popular no dia de amanhã porque se esteve a ultimar devido à identificação de uma incongruência na lei referindo ainda a sua esperança no não encerramento do Tribunal. Quanto à questão das passadeiras e da iluminação pública refere ter sido a sua opção, que no passado foram feitas boas coisas e que é um seguimento. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, referiu que para a defesa do Tribunal de Boticas em Lisboa irão três autocarros. Referiu ainda que não é por falar mais alto que se tem mais razão e que se deve manter sempre o mesmo registo. Quanto à questão dos Conselhos Diretivos, afirmou que ninguém quer retirar o território ou os baldios ao povo a quem pertencem, solicitando-se ape-

nas que os mesmos devam prestar contas uma vez que é o único organismo que não é obrigado a fazê-lo e que se alguém está preocupado com isso não é da sua competência. Referiu ainda que não recebe lições de ninguém sobre a gestão do Concelho muito menos do membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso e que está na vida política há muito tempo. Quanto à questão dos jornais disse que o esgotamento poderá estar relacionado com o facto de muitas pessoas que não costumavam comprá-los o terem feito como forma de apresentar algum "trofeu" e que andavam muitos jornais nas mãos de pessoas que não costumavam lê-los, como já referido nesta Assembleia mas que não tem nada a esconder sobre isso. Referiu que foi eleito pelo Concelho de Boticas, que é presidente de todo o Concelho e que não anda a governar apenas para minorias, fazendo-o dentro das possibilidades existentes, nomeadamente financeiras. Relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, informou que no Concelho foram investidos cerca de 30 milhões de euros com muito orgulho e que vê agora colegas que pretendem fazer obras mas que não conseguem porque o tempo dos Quadros Comunitários de Apoio para o fazer já passou, lembrando que a malha viária do Concelho está excelente e que o Novo Quadro Comunitário de Apoio já não o permite nessas áreas. Referiu que alguns investimentos nacionais de "betão" terão levado o país a este estado mas que no Concelho esses investimentos foram bem pensados e que estão e serão bem apro-

veitados, não demorando muito a entrar em funcionamento nalguns casos. Relativamente à zona industrial, disse que uma está cheia e que felizmente existe outra porque apareceram investidores que teriam de ir para outro Concelho caso não existisse, informando que já foram adquiridos dois terrenos por empresários para instalação das suas empresas, que é preciso procurar cativar os investidores no Concelho que também alguns amigos do Concelho têm ajudado e que mais vale as infra estruturas existirem mesmo que desocupadas algum tempo, infelizmente, para que depois quando surgirem oportunidades ter espaços e equipamentos para esses investimentos. Relativamente a Carvalhelhos, disse ter acompanhado o processo de perto por já estar no executivo, que o seu antecessor fez inúmeras reuniões com a gerência das Águas de Carvalhelhos e que chegou a estar uma proposta em cima da mesa de um negócio muito lucrativo, que acabou por não se realizar por questões particulares mas que não perdeu ainda a esperança, tendo ele próprio reunido com os responsáveis sensibilizando-os para se proceder à reabertura, no mínimo, das termas reiterando que não abandona o Concelho, que são feitos investimentos para criar condições para investidores, sensibilizar os privados e de chamá-los à razão. Referiu-se ainda à "fantoçada" referida, dizendo que não existe fantochada nenhuma e que sabe o lugar onde está e que ocupa, que é realista e que está a explicar o solicitado, estando disponível para explicações mais concretas e que alguém quer fazer pas-

sar isso por uma fantochada uma vez que não têm propostas concretas criticando os investimentos conseguidos no Concelho. Relativamente à situação de Agrelos, disse que o Presidente da Junta já falou com ele e que a Câmara está a resolver o assunto. Referiu ainda que é ele o Presidente da Câmara e que o executivo é também constituído pelos vereadores e que é ele conjuntamente com o executivo que toma as decisões, que faz as coisas à sua maneira, afirmando que não perde o contacto com as aldeias, que tem ido às aldeias, que tem acompanhado de perto os trabalhos, sempre em acordo com os Presidentes de Junta e que até foi ver obras em dias feriados e nalguns fins-de-semana por não dispor de muito tempo durante a semana. Afirmou não fazer nada sem o acordo das pessoas, que ele foi sempre assim e que não está preso a nada nem a ninguém. Relativamente aos baldios informou que já teve uma reunião com os Conselhos Diretivos em que a Câmara se prontificou a apoiar os mesmos financeiramente bem como através dos técnicos da Câmara e da Cooperativa que estão disponíveis para os ajudar, referindo que alguns é que não querem ser ajudados. Informou ainda do arranjo de algumas represas que vão avançar e que só não se realizaram no ano passado por causa da chuva mas que os arranjos irão continuar, afirmando que uma das mais-valias que o Concelho tem é a pesca, dando o exemplo de um arranjo já efetuado no Rio Terva que tem atraído muita gente. Informou ainda que a Câmara de Boticas já pretendeu criar uma Reserva de Caça

Municipal que não se concretizou porque alguns indivíduos não aceitaram. Realçou que todos devem puxar para o mesmo lado e que a Câmara está atenta, fala com as pessoas e sabe o que é necessário, embora não consiga ainda satisfazer todas as necessidades mas que o mandato é de quatro anos e que no fim desse período as pessoas farão a sua avaliação. _____

____2.1 - Retificação da votação do ponto "2.13 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município e o Ecomuseu - Associação de Barroso" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013; _____

____Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: _____

____O Presidente da Assembleia Municipal que informou da repetição da votação dos três primeiros pontos mencionados no Período da Ordem do Dia, por se ter levantado o problema na anterior sessão de que embora o Presidente da Cooperativa e dirigente do Ecomuseu, 1.º secretário da Assembleia Municipal, Albano Álvares, bem como o Presidente do Grupo Desportivo de Boticas, membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, não tenham participado na votação, não se ausentaram como a lei impõe, tendo o Presidente da Assembleia assumido o compromisso que se passaria a repetir a votação na presente sessão para que o problema ficasse formalmente resolvido. Solicitou, assim, ao 1.º secretário da Assembleia Municipal, Albano Álvares, para abandonar temporariamente a sala

enquanto ocorreria a votação do ponto 2.1 e 2.2, tendo-se aguardado alguns instantes até o mesmo a abandonar.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Retificação da votação do ponto "2.13 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município e o Ecomuseu - Associação de Barroso" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013" e após análise deliberou, por maioria, aprová-la com uma abstenção.

2.2 - Retificação da votação do ponto "2.14 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município e a Cooperativa Agrícola de Boticas, CRL (CAPOLIB)" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013;

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Retificação da votação do ponto "2.14 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Protocolo de Cooperação entre o Município e a Cooperativa Agrícola de Boticas, CRL (CAPOLIB)" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013" e após análise deliberou, por maioria, aprová-la com duas abstenções.

2.3 - Retificação da votação do ponto "2.15 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município e o Grupo Desportivo de Boticas" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013;

Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os

seguintes intervenientes:_____

___O Presidente da Assembleia Municipal que solicitou ao 1º secretário, Albano Álvares, para voltar à sala e ao membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, para abandonar a sala, tendo-se aguardado alguns instantes até que tal situação se verificasse._____

___A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Retificação da votação do ponto "2.15 - Deliberar sobre a Proposta do executivo de celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo entre o Município e o Grupo Desportivo de Boticas" da sessão da Assembleia Municipal de 16 de dezembro 2013" e após análise deliberou, por maioria, aprová-la com uma abstenção._____

___**2.4 - Apreciação de uma informação escrita do senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e financeira nos termos da lei;**_____

___Presente a informação (n.º AM 2/2014), ao abrigo da alínea c), n.º 2, artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que nos termos da lei, foi enviada aos membros da Assembleia Municipal._____

___Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:_____

___O Presidente da Assembleia Municipal que solicitou ao membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, para voltar à sala, tendo-se aguardado alguns instantes até que tal se verificasse._____

___O membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, que voltando à intervenção do Presidente da Câmara, referiu que relativamente às acusações dos eleitos em causa, a comunicação social referiu-se à construção de edificações e não de muros como foi aqui referido, solicitando o respetivo anteprojecto e a remodelação. Referiu-se ainda aos investimentos efetuados no país em que vinham verbas europeias mas que o estado português ou os cidadãos contribuía com uma determinada percentagem, classificando a situação como uma desgraça, estando os cidadãos a sofrer e condenados a pagar a má gestão de outras pessoas. Disse não ser contra as obras desde que sejam sustentáveis, produtivas, que dêem emprego e que se enquadrem dentro das potencialidades locais. Quanto à zona industrial referiu que não disse que não deveria ser feita, afirmou é que não estava bem localizada, reiterando que não é contra as obras mas sim contra o seu mau enquadramento. Relativamente aos agricultores e à intervenção do membro da Assembleia Municipal, Albano Álvares, referiu que não é apenas a Cooperativa que presta apoio aos agricultores, que existem várias organizações que apoiam nessa área como os serviços agrícolas, os serviços florestais e que até a Câmara tem um serviço de apoio ao mundo rural há vários anos, solicitando os resultados desse serviço, que muitos tentaram escorraçar e enxovalhar os técnicos do Ministério da Agricultura. Sugeriu ao Presidente da Câmara para ir às aldeias para verificar o progresso e a sustentabilidade desses projetos.

Referiu-se ainda aos moinhos, aos regadios, às águas, às represas, às levadas e aos lameiros que estão a ficar todos degradados, questionando quais os moinhos que moem e que fabricam o pão, tendo conhecimento que foram beneficiados o moinho do Cubo, em Boticas e de três ou quatro pessoas entre as quais um familiar do ex-Presidente da Câmara. Referiu porque se celebra o Dia dos Moinhos entre outros dias. _____

____O membro da Assembleia Municipal, Magda Barroso, que referiu que embora esteja há pouco tempo na vida política, isso não lhe tira alguma razão que possa ter e que não é pelo facto das pessoas serem mais velhas que possam ter mais razão. _____

____O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que em nome do Grupo Municipal do PSD, congratulou-se por verificar que o executivo continua a direccionar as suas ações diárias para as populações em primeiro lugar. Refere que a "Era" do betão já terminou e que felizmente a visão do Município desde há uns anos fez com que essas grandes obras fossem realizadas a seu tempo possibilitando agora a continuação do apoio à população, nomeadamente através de medidas tais como o Cartão Social do Município, o Enxoval do Bébé, o incentivo à Natalidade, as Bolsas de Estudo, entre outras. Disse que já eram apostas do anterior executivo e que se deu continuidade às mesmas reforçando até algumas medidas, verificando também com satisfação o apoio financeiro e logístico prestado às diversas entidades do Concelho para a execução das suas ati-

vidades e que todos em conjunto se consegue fazer mais e melhor. Referiu ainda que poderia mencionar inúmeros bons exemplos e que os mesmos se encontram referidos na informação mas que no entanto não poderá deixar de destacar a presença do Município na Feira Internacional de Turismo de Lisboa que é sem dúvida o melhor palco nacional de divulgação turística do Concelho ao mundo, não tendo dúvidas que os dividendos desta participação serão visíveis brevemente. _____

____O Presidente da Câmara que referiu não ter que comentar notícias de órgãos de comunicação social, reafirmando que o que está em causa são muros e pavimentações e que a Câmara nada tem a ver com edifícios existentes. Relativamente aos dinheiros públicos disse que os maus exemplos não se aplicam a Boticas mas sim a casos como as parcerias público privadas, entre outros, que desgraçaram o país mas que não está aqui para falar deles. Quanto à questão da agricultura e floresta, disse ter falado sobre isso com o Ministro da Administração Interna, que o Ministério da Agricultura virou completamente as costas à floresta e que a Câmara não pretende substituir ninguém afirmando que quando falou da Cooperativa quis dizer a única entidade de associativismo existente no Concelho e que se tem de preservar. Agradeceu as palavras do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, afirmando que a Câmara sabe o que faz falta neste momento e que é o seguimento de um caminho que já tinha sido traçado há bastante tempo. _____

____**2.5 - Designação de quatro cidadãos eleitores do Con-**

celho para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Boticas;_____

___Os boletins de voto relativos a esta votação foram previamente entregues aos membros da Assembleia presentes._____

___Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:_____

___O Presidente da Assembleia Municipal que informou ter recebido uma proposta do Grupo Municipal do PSD para este ponto, procedendo à sua leitura._____

___O Presidente da Câmara Municipal que informou que os nomes apresentados são os mesmos que foram anteriormente eleitos uma vez que têm feito um bom trabalho._____

___Procedeu-se ao início da recolha dos boletins de voto que foram introduzidos na urna, tendo o Presidente da Assembleia Municipal, enquanto tal decorria, prosseguido para o ponto seguinte._____

___2.6 - Alteração (3ª) ao "Regulamento para a concessão de Bolsa de Estudo aos alunos do Ensino Superior" / Aprovação final;_____

___Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes:_____

___O Presidente da Câmara que explicou que a presente proposta vai no sentido das bolsas de estudo atribuídas serem pagas trimestralmente e não de uma só vez como se tem verificado, sobretudo devido à dificuldade que os jovens têm sentido no pagamento das propinas. Informou ainda que o número

de bolsas de estudo foi aumentado de dez para quinze vagas efetuado através de despacho pelo próprio. _____

___Procedeu-se à contagem dos boletins de voto com a presença do membro da Assembleia Municipal, Rui Álvares, relativo ao ponto 2.5, entretanto recolhidos na urna, tendo a proposta, votada por escrutínio secreto, sido aprovada por maioria, com um voto contra, um voto nulo e uma abstenção. _____

___A Assembleia Municipal tomou conhecimento da "Alteração (3ª) ao "Regulamento para a concessão de Bolsa de Estudo aos alunos do Ensino Superior" / Aprovação final"; e após análise deliberou, por unanimidade, aprová-la. _____

___ 2.7 - Relatório de Gestão e Contas 2013 / Apreciação e Votação; _____

___Neste ponto da Ordem de Trabalhos usaram da palavra os seguintes intervenientes: _____

___O Presidente da Câmara que prestou alguns esclarecimentos, informando da presença do Diretor de Departamento, também disponível para qualquer dúvida. Informou das taxas de execução orçamental da despesa e da receita bem como do facto das receitas correntes terem superado as despesas correntes, permitindo o investimento noutras áreas, explicando contudo, que o período de grandes investimentos em obras financiadas já passou e que esse tipo de investimento tenderá a diminuir até por causa dos cortes verificados nas transferências do Estado. Referiu que foi possível obter uma poupança corrente efetiva de quase dois milhões de euros, que os

passivos dos últimos quatro anos foram de zero euros, não tendo contraído qualquer tipo de empréstimo. Informou da significativa redução das despesas correntes em comparação ao ano de 2012 bem como do montante das despesas de capital e da sua taxa de execução. Informou que as funções sociais são uma das principais diretrizes desse plano, onde as rubricas cultura, ação social e educação foram as que mais recursos absorveram. Destacou alguns indicadores financeiros: aumento da capacidade de fazer face aos compromissos assumidos com terceiros a curto prazo, tendo o Município capacidade e disponibilidade financeira para ter passado com dívida zero a curto prazo, explicando que apenas não se fez porque o Município se poderia sujeitar a coimas caso nos anos seguintes não conseguisse manter o nível de dívida, que em 2013 ascendeu a mais de trezentos mil euros. Informou do saldo da gerência para o ano de 2014 que ultrapassou os dois milhões de euros. Referiu-se aos que pensavam que o último mandato do anterior Presidente da Câmara fosse um mandato de desbaratar dinheiro, que ia deixar a Câmara numa penúria em que não haveria nenhuma receita, foi afinal o ano em que a Câmara teve o maior saldo de gerência, deixando os parabéns pela rigorosa e eficiente gestão do anterior Presidente da Câmara, referindo que conhece colegas presidentes de Câmara que têm dívidas insuportáveis tendo alguns dinheiro apenas para pagamento de vencimentos e eletricidade, sem hipótese de investimento. Referiu não ser o caso de Boticas em que existe

margem para apoios e investimentos que já foram anunciados e outros por anunciar. Informou ainda da redução total da dívida a curto, médio e longo prazo, referindo que se poderia quase pagar todos os empréstimos mas que não se fez pelo facto dos juros estarem baixos, ficando com margem para fazer outros tipos de investimentos que a população necessita.

___O Presidente da Assembleia Municipal que manifestou a sua satisfação pelos bons números da conta de gerência assim como das referências que foram feitas, realçando que o mérito foi de todos os que compartilhavam a responsabilidade de gestão do Município e particularmente do atual Presidente da Câmara que era Vice-Presidente no anterior mandato. Manifestou igualmente a sua satisfação por ter pertencido a várias equipas destacando os bons resultados de 2013 com a já referida redução de dívida e o excelente resultado positivo alcançado, só tendo sido possível através dos munícipes que quisessem que se chegasse a esta situação. _____

___O Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas que relativamente à execução do orçamento da despesa espera que tenha sido a última vez que aquele documento fosse apresentado daquela forma, ao não contemplar a Freguesia de Dornelas. Referiu-se às transferências para as Freguesias, tendo solicitado esclarecimentos sobre a razão da existência de uma transferência para a Freguesia de Covas do Barroso. Chamou ainda a atenção de não se estar a cumprir a lei nem o Regimento da Assembleia Municipal, uma vez que o Presidente da

Assembleia Municipal deve ser sempre o último a votar nas propostas apresentadas, o que não tem acontecido. _____

___O Presidente da Assembleia Municipal que respondeu, referindo que quando vota não está a reparar se é o primeiro ou o último a fazê-lo nas votações de braço no ar que são em bloco. _____

___O membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, que deu os parabéns aos serviços financeiros da Câmara Municipal pela qualidade do documento apresentado bem como pelo profissionalismo com que foi realizado. Referiu-se ainda ao Presidente da Assembleia Municipal, por ser em grande parte o responsável pela execução orçamental do ano anterior, destacando o rigor e cuidado com que desempenhou as suas funções na qualidade de Presidente da Câmara e que contribuiu para a obtenção do saldo já anteriormente referido. Destacou ainda a redução da despesa corrente que permitiu mais investimento em despesas de capital, como por exemplo as de âmbito social, já referidas anteriormente, evidenciando mais do que um equilíbrio orçamental, uma vez que as receitas correntes ultrapassam largamente as despesas correntes. Referiu-se aos impostos diretos do Município tais como o IMI e o Imposto Único de Circulação e que se fosse por exemplo aplicado uma maior taxa de IMI pelo Município, o superavit seria ainda maior, o que não acontece porque o Município aplica a taxa mínima, considerando ser mais um exemplo de que o Município pensa primeiro nas pessoas, aliviando a carga fiscal, mencio-

nando ainda o facto do Município abdicar da taxa de IRS a que tem direito sobre os rendimentos do trabalho. Deu os parabéns ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente da Câmara pelo desempenho político e económico prestado na gestão do Município.

___O Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que a verba relativa à Junta de Freguesia de Covas do Barroso referida pelo Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas se encontra relacionada com um item mencionado na Informação enviada aos membros da Assembleia Municipal "Casa Museu Quinta do Cruzeiro, Covas do Barroso" em que esta verba teve de ser transferida para a Junta de Freguesia de Covas do Barroso por ter sido ela a adjudicar o trabalho e que lançou a obra, tratando-se da parte não financiada pela candidatura. Aproveitou para informar que se procederá no dia seguinte a esta Assembleia, à inauguração por uma delegação da Iberdro-la, das obras de beneficiação da Igreja Românica de Covas do Barroso, no âmbito das contrapartidas das barragens. Referiu-se ainda às palavras do membro da Assembleia Municipal, Paulo Aleixo, afirmando que de facto se poderia alcançar melhores resultados financeiros se se tivesse por exemplo aumentado a taxa de IMI mas que o Município tentará manter, tal como tem acontecido, a aplicação da taxa mínima.

___A Assembleia Municipal tomou conhecimento do "Relatório de Gestão e Contas 2013 / Apreciação e Votação" e após análise e discussão deliberou, por maioria, aprová-la com um voto

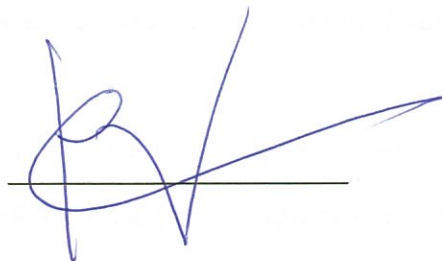
contra e duas abstenções. _____

___O Presidente da Assembleia Municipal que informou que a Mesa solicita autorização para elaboração da ata bem como para a aprovação em minuta dos pontos que a Câmara considera fundamentais, tal como a eleição dos membros da CPCJ e o Relatório de Gestão e Contas constando em ata que serão dados poderes à Mesa para tal, caso a proposta seja aprovada.

___De seguida procedeu-se à votação do pedido de autorização para elaboração da ata e aprovação dos referidos pontos em minuta, tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra. _____

___**Encerramento da Reunião e Aprovação da Ata.** _____

___E não havendo mais assuntos a tratar, o senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a reunião eram 13 horas e 05 minutos. Para os efeitos consignados no nº 1, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com uma abstenção e um voto contra, a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Filipe Silva, Secretário do GAP, que a elaborei. _____



Filipe Silva

ANEXOS

DECLARAÇÃO DE VOTO

António Paulo Pereira Sanches, Presidente da Junta de Freguesia de Dornelas, Membro da Assembleia Municipal de Boticas, mais uma vez vem manifestar o seu voto contra o teor da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de fevereiro de 2014 porque esta, mais uma vez não traduz a verdade dos factos.

Pode ler-se na acta que a mesma foi aprovada em minuta no final da reunião mas a realidade é que a acta não foi aprovada pelo simples facto que não foi proposta a aprovação. O que foi proposto a aprovação em minuta foram apenas alguns pontos da ordem do dia.

Recordo que o membro da Assembleia Arnaldo Videira numa das suas intervenções informou que iria abster-se em relação ao teor da acta uma vez que não tinha estado na última sessão e como tal não estaria em condições de se pronunciar sobre o teor da mesma. Assim sendo, o que está traduzido em acta é que o referido membro votou contra, o que não é verdade.

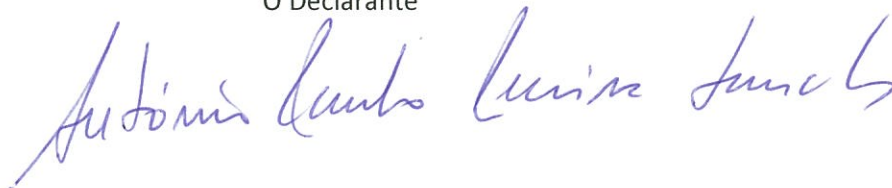
Também em relação ao resultado da votação da acta o mesmo não traduz a realidade uma vez que na mesma é referido que foi aprovada com dois votos contra e uma abstenção mas na realidade esta obteve a abstenção do membro Arnaldo Videira e três votos contra dos membros Magda Barroso, Adérito Vaz Pinto e Paulo Sanches e não dois como vem transcrito.

Gostava de salientar que eu mesmo apresentei uma declaração de voto a qual requeri que fosse transcrita em acta e não a sua anexação, o que não sucede.

Assim sendo apenas posso expressar o meu voto contra o teor de uma acta que, mais uma vez, não é uma reprodução da realidade.

Mais uma vez venho requer a transcrição da presente declaração em acta.

O Declarante





Declaração de voto

O Partido Socialista apresenta a seguinte declaração de voto relativo ao ponto 1.1 "Aprovação da ata da sessão ordinária de 26 de fevereiro de 2014", para justificar o sentido de voto contra, devido ao fato da ata continuar, tal como já aconteceu na sessão anterior, a conter incorrecções que fazem com que não corresponda à verdade, não serem seguidos os mesmos critérios, o que leva a um tratamento diferente dos elementos que compoem a Assembleia Municipal e por omitir parte da informação que realmente ocorre nas reuniões. Apresentam-se de seguida os motivos que levam a que possamos afirmar as declarações anteriores:

- 1) O membro da Assembleia Municipal, Arnaldo Videira, informou que se iria abster na votação da aprovação da ata anterior, por não estar presente e não como está escrito na ata que iria votar contra. Tal pode ser facilmente comprovada pelo número de abstenções e votos contra que ocorreram na mesma.
- 2) Na leitura de toda a ata, nenhum nome é destacado em qualquer votação, independentemente do seu sentido de voto, a não ser o do membro Arnaldo Videira, em relação à questão do Tribunal. Esta diferenciação no tratamento das pessoas, já tinha sido denunciada pelo Partido Socialista a quando da reunião anterior, por serem usados títulos académicos só para alguns membros da Assembleia. Em relação a este assunto e para que dúvidas não restem, o Partido Socialista apresentou uma moção na reunião anterior contra o encerramento do Tribunal, que foi aprovada por unanimidade e com o mesmo teor da apresentada nesta ultima reunião pelo grupo do PSD, daí não perceber qual a necessidade de haver uma repetição dos atos e de moções, quando o tempo nesta situação de encerramentos de serviços é precioso. Lembra-se que o Partido Socialista, tal como consta em ata já tinha apelado a que estes procedimentos, para terem o impacto que necessitam, fossem sempre desenvolvidos em conjunto, deixando assim de lado as questões partidárias, quando o que está em jogo é o futuro do

.....

Concelho.

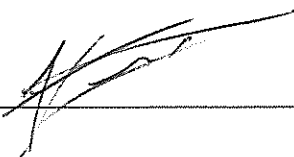
3) Não consta da ata, a proposta feita por Arnaldo Videira, para que as reuniões da Assembleia Municipal, à semelhança do que acontece na maioria dos concelhos, fossem marcadas em horário pós-laboral, para que os seus elementos não tivessem de se ausentar do emprego para poderem estar presente. Ou pelo menos manter, tal como acontecia no mandato anterior, quando o Presidente deste órgão não residia no concelho, o dia da reunião à sexta feira.

4) É referido na ata que a vereadora, Ana Luisa Monteiro, solicitou a palavra e que esta lhe foi recusada pelo Presidente da Assembleia Municipal devido ao fato do Presidente da Câmara Municipal não ter dado autorização ao abrigo do n.º2 do artigo 41.º do Regimento. Mas não estão mencionadas as afirmações do Presidente da Câmara que levaram a vereadora a pedir a palavra. E também a vereadora não pretendia esclarecer os elementos da Assembleia ao abrigo do artigo mencionado, mas sim pelo direito que tem de defesa da sua honra, depois de ter sido por exemplo acusada de "andar a abandalhar".

Em anexo a esta declaração de voto, apresenta-se o esclarecimento da vereadora Ana Luisa Monteiro e de Arnaldo Videira.

O Partido Socialista repudia esta forma de ocultar ou de distorcer a informação, não concordando, nem aceitando o defendido pelo Presidente da Assembleia, de que para a ata só vai o que é relevante, pois curiosamente nesta até são colocadas as suas opiniões pessoais, quando o seu papel é de presidir e com isenção este órgão.

Boticas, 29 de abril de 2014





**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BOTICAS
GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA**

Mocim
COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Boticas congratula-se pelo facto da Câmara Municipal ter assinalado o 40º Aniversário do 25 de Abril com a realização de uma atividade desportiva, a "Corrida de Abril 2014", voltada inteiramente para a população e em particular para os mais jovens. Mais importante do que qualquer programa comemorativo ou cerimónia carregada de formalismo, esta iniciativa cumpriu inteiramente os princípios fundamentais de Abril, permitindo o convívio desportivo num espírito de sã camaradagem e amizade entre a população do nosso Concelho, apelando ainda à prática de atividades saudáveis para o dia-a-dia da nossa população.

A elevada adesão da população a esta iniciativa, quer como participantes nas corridas realizadas nos diferentes escalões etários, quer como simples espetadores, traduziu-se num sucesso que importa registar e a que faz todo o sentido dar continuidade, sendo uma forma simples e despretensiosa de comemorar uma das mais importantes datas da nossa história e um marco determinante na instituição do Regime Democrático em Portugal.

E, a relevância da ação levada a cabo pelo Município de Boticas é tanto mais importante porque se trata da única iniciativa do género que se realiza na região do Alto Tâmega, não sendo demais salientar a grande conotação que existe entre as corridas de atletismo e o ideal da Liberdade instituído pelo 25 de Abril, sendo esta a data certa para a realização desta "Corrida" em Boticas.

Por tudo isto, entende o Grupo Municipal do Partido Social Democrata endereçar as suas felicitações ao executivo pela realização desta iniciativa na data em questão.

O Grupo Municipal do PSD Boticas

Boticas, 29 de abril de 2014

Qui

ff.

Das

ff.

ff.

ff.

ff.

ff.

ff.

Sandra Lee

ff.

ff.

00000000

Moçãs

②

**CONTRA O ROUBO DOS BALDIOS E O
ESPOLIAR DOS POVOS SERRANOS PERANTE ESTES BEM
COMUNITÁRIOS**

O projecto de Lei, entregue na Assembleia da República no pretérito dia 2 de Abril, é, antes de mais, uma afronta à Constituição da República e uma provocação aos povos serranos e pretende, acima de tudo, mostrar um assalto de fraseado redondo onde a tónica dominante é o alargamento de grandes motivos que promovem a extinção dos Baldios e do conceito de comparte, fazendo tábua rasa de séculos de usos e costumes.

O que o Governo e os partidos que o sustentam na Assembleia da República pretendem é transformar a propriedade comunitária dos compartes consagrados na Constituição da República, num simples património autónomo, entregando ulteriormente a gestão, seja às Juntas de Freguesia, seja às Câmaras, seja às Comunidades Intermunicipais, seja directamente a privados. Pretendendo desta forma descaracterizar os baldios enquanto bens comunitários, para posteriormente os atacar, os alienar, os extinguir e fomentando, acima de tudo, o negócio de duopolónio das celulose, promovendo a produção excessiva de matéria-prima a baixo custo.

Possuindo este concelho de Boticas uma grande área Baldia, que é utilizada e gerida e que serve, em primeiro lugar para usufruto dos compartes, nomeadamente para o pastoreio, silvicultura, apanha de cogumelos, recolha de lenhas, caminhos florestais, parques de merendas, é necessário e é urgente uma tomada de posição por parte desta Assembleia Municipal

fazendo-se chegar um oposição à Assembleia da República mostrando que “A serra é dos serranos desde que o mundo é mundo, herdade de pais para filhos...” e que neste quadro de comemorações de dos 40 anos da Revolução de Abril, no que aos Baldios diz respeito, tem que ser afirmado o muito que de avanço civilizacional tem ocorrido, com a sua gestão pelos compartes.

Boticas, 29 de Abril de 2014

A Eleita pela CDU



(Magda Barroso)



Proçãw

3

Num tempo de insegurança em vários setores da sociedade é fundamental que as estratégias globais de saúde tenham como prioridade a implementação de políticas que diminuam as desigualdades, minimizando as diferenças sociais e regionais. A opção por um modelo de SNS é hoje reconhecida como a melhor forma de garantir os valores do acesso, da equidade e da solidariedade, representando um fator de coesão nacional e um avanço civilizacional.

Foi publicada a portaria n.82/2014, de 10 de abril, que constitui um violento ataque ao SNS e ao direito constitucional à saúde, visando o desmantelamento da rede hospitalar pública. Pois esta portaria que no essencial reclassifica os hospitais de acordo com o seu grau de diferenciação, nada tem a ver com a reforma hospitalar que o País precisa.

O SNS é um todo que deve ter coerência, não sendo portanto passível de medidas avulsas, pontuais, casuísticas, inorgânicas, desconexas, descontextualizadas e de carácter administrativo, sem qualquer estratégia de sustentabilidade, que negam qualquer perspectiva de reforma e de articulação entre os vários níveis de prestação de cuidados de saúde.

Com esta portaria, o governo tem em vista, uma vez mais o encerramento arbitrário de serviços hospitalares, nomeadamente a diminuição acentuada da capacidade de resposta global do SNS, o fim imediato das especialidades médicas de endocrinologia e estomatologia dos hospitais públicos, a criação de condições incontornáveis para uma rápida expansão das entidades privadas,

sobretudo por via do recurso aos subsistemas de saúde, e dar mais um passo, desta vez decisivo, para uma acelerada desertificação de vastas zonas do interior do país.

É inadmissível que um assunto desta importância, como é o estabelecimento de critérios para categorizar os serviços e estabelecimentos dos serviços de saúde, seja remetido para uma mera portaria. Que só pode ser encarada como uma ação deliberada para fugir à discussão e até à negociação do seu conteúdo, dado que as portarias não estão obrigadas ao cumprimento dessas exigências legais gerais. O secretismo da elaboração desta medida culminou com a sua publicação em portaria para criar uma política do facto consumado.

Considerando o atrás exposto, a Assembleia Municipal de Boticas, reunida em sessão ordinária a 29 de abril de 2014, delibera:

1-Afirmar a necessidade de manter um SNS para todos os cidadãos, melhorando o acesso aos cuidados de saúde e lutando contra todas as tentativas de o querer dismantelar.

2-Afirmar a necessidade de reformar o SNS e continuamente introduzir melhorias na sua organização de modo a prestar cuidados de saúde de qualidade.

3-Exigir a imediata revogação da Portaria n.º82/2014, de 10 de abril.

4-Exigir que a reforma hospitalar e a reforma do SNS sejam feitas ouvindo as Autarquias, que estão sempre disponíveis para juntar esforços e criar sinergias ao serviço das populações que representam e servem.

5-Reafirmar a autonomia e insubstituível papel do Poder Local democrático no serviço público de qualidade às populações e no desenvolvimento de Portugal.

Mais decide enviar esta Moção

À sua Excelência o Presidente da República

À sua Excelência o Primeiro-ministro

À sua Excelência o Ministro da Saúde

À sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

A todos os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República

À Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

À Administração Regional de Saúde

A todas as Câmaras e Assembleias Municipais do distrito de Vila Real

Boticas, 29 de abril de 2014

O Grupo do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Boticas

